

Para conselheiro do Banco Mundial, o Brasil terá que fazer um ajuste pesado em 2015 por manter a inflação tão alta por tanto tempo

Equívocos custam caro

» DECO BANCILLON

O incentivo ao consumo e a maior participação do governo na economia foram medidas importantes para o Brasil vencer o primeiro estágio da crise econômica de 2008. Porém, a falta de capacidade de lançar uma estratégia para estimular o Produto Interno Bruto (PIB) resultou num quadro de baixo crescimento e inflação persistente. A avaliação é de Otaviano Canuto, conselheiro e ex-vice-

presidente do Banco Mundial, citado como um possível substituto de Guido Mantega no Ministério da Fazenda. De Washington, nos Estados Unidos, onde está radicado desde 2007, ele não esconde a preocupação com o fato de o país conviver com uma inflação alta por tanto tempo. E avisa: "Os ajustes que terão de ser feitos em 2015, seja quem for o presidente eleito no pleito de outubro, vão custar caro". Para ele, "o sucesso (das ações pós-crise) subiu à cabeça do governo". Veja os principais trechos da entrevista ao *Correio*.

MAIS DO MESMO

O governo repetiu, durante muito tempo, a dose da política econômica exitosa durante a crise de 2008. Vencida a primeira etapa da crise, o Brasil achou que era a hora de o poder público comandar o processo de retomada do crescimento econômico. Foi quando o Palácio do Planalto passou a intervir na economia e a definir preços relativos (de produtos e serviços), o que foi um erro. A verdade é que o sucesso subiu à cabeça do governo.

ERROS EM SÉRIE

Não foi só o Brasil que insistiu nesse modelo. Outros emergentes, como Índia e Indonésia, continuaram a intervir mais na

economia, como forma de estimular o crescimento. O problema é que as medidas anticíclicas eram um tiro único, porque teriam o efeito esperado apenas uma vez. O México entendeu bem esse recado e passou a fazer políticas diferentes. Enquanto isso, o Brasil tentou utilizar o mesmo instrumental que fora usado antes. O resultado foi um menor crescimento econômico e alta da inflação.

LONGE DA META

A meta da inflação do Brasil é de 4,5% ao ano, com margem de tolerância de dois pontos para cima ou para baixo. Se o objetivo perseguido pelo governo não é alcançado, com o passar do tempo, as expectativas vão se ajustando para aquilo que parece ser a meta

Gustavo Moreno/CB/D.A Press - 18/1/11



O Palácio do Planalto passou a intervir na economia e a definir preços, o que foi um erro. A verdade é que o sucesso subiu à cabeça do governo"

de inflação de fato. Por isso, ter ficado tanto tempo acima dos 4,5% é uma coisa que vai exigir um programa de ajuste mais duro.

PREÇO ADMINISTRADO

É cêdo para imaginar qual ritmo se dará à correção nos preços administrados (gasolina e energia elétrica, entre outros), se mais lento ou mais rápido. O Banco Central faz a parte dele, tentando trazer os preços para baixo. A inflação oficialmente está dentro da margem de tolerância (até 6,5%), mas, em algum momento, terá que ficar perto de 4,5%.

FAZENDA NÃO AJUDA

É fundamental ter uma política fiscal que seja consistente para trazer a inflação para baixo. Hoje,

o BC está atuando sozinho. Isso quer dizer juros maiores, já que ainda há muita liberação de crédito via bancos públicos e defasagem nos preços administrados. Ter uma política fiscal mais eficiente agora ajudaria a aumentar a eficácia da política monetária.

PESO NO FUTURO

É importante que o Brasil aproveite as oportunidades no futuro, após as eleições, para desarmar os mecanismos existentes de indexação da economia (contratos corrigidos pela inflação passada). Isso é um grande perigo, porque se projeta o passado para o futuro. Se a inflação flutua durante anos acima do centro da meta, a desconfiança em relação ao que vem pela frente aumenta.

AJUSTE PRÓXIMO

O preço que se pagará por anos de inflação acima da meta será acentuado em 2015. Esse ajuste seria menor, caso os preços estivessem acomodados no centro da meta e tivessem subido apenas recentemente. Mas, agora, o sacrifício terá que ser maior. Parte do ajuste que terá de ser feito em 2015 vem da política fiscal (controle de gastos públicos), o que já começa a se desenhar no horizonte. A questão da energia também se apresenta como um fator preocupante para a área fiscal, pelo tamanho da conta que terá que ser cobrada de consumidores ou do Tesouro Nacional.

MEDIDAS CRÍVEIS

É importante que a sinalização fiscal seja clara. Que o governo mostre que fará um ajuste crível e efetivo dos gastos públicos, sem recorrer a medidas extraordinárias ou a cortes temporários (de gastos). Esse é um ajuste que terá que ser feito independentemente de quem vença as eleições. O problema é que o período eleitoral não é propício para se discutir essas questões. Até porque o ajuste fiscal necessário não depende só do Executivo, mas também do Congresso.

CRESCIMENTO BAIXO

A inflação mais alta não é uma solução para alavancar o crescimento econômico. Pelo contrário. O custo de vida elevado agrava a capacidade de expansão de um país, pois estimula incertezas que adiam os investimentos produtivos.

REAÇÃO ATRASADA

A resposta da política econômica demorou, já que não houve tempo para que os investimentos público e privado comandassem

o crescimento do país. Os investimentos subiram de 13% do PIB (Produto Interno Bruto), no início do milênio passado, para 18%, agora. Ou seja, houve melhora, mas não o suficiente para forçar um aumento da capacidade instalada de fábricas.

IDEIAS TORTAS

A ideia de que o setor privado responderia ao aumento do consumo via investimentos se revelou um equívoco. Quem a ventitou, e não estou dizendo que foi só o governo, subestimou o cálculo de risco de retorno dos negócios. Em linhas gerais, essa ideia defendia que, com o mercado de consumo crescendo em ritmo acelerado, os empresários passariam a investir automaticamente. E se faltasse dinheiro para isso, era só aumentar as linhas de crédito subsidiado pelo governo. Aí era só correr para o abraço. Não deu certo.

RISCO DE CONTRATOS

Não é só para o consumo que olha o empresário na hora de investir. Ele observa diversos aspectos, entre eles, o risco de rompimento dos contratos, o que afeta particularmente investimentos de mais longo prazo, que travaram.

DIREÇÃO CORRETA

Há vários sinais de que o governo, enfim, passou a caminhar na direção correta. Reviu as taxas de concessões e a política de conteúdo local na Petrobras. Nesse sentido, outro grande avanço foi reconhecer que a defasagem de preços administrados estava alta. Por isso, sou otimista. Tenho certeza de que, quem quer que ganhe as eleições em outubro, adotará as políticas corretas para colocar o país nos trilhos.